

Desemprego e flexibilização do emprego

José Maria Pereira*

A desintegração política e econômica da URSS e o colapso das economias socialistas do Leste Europeu trouxeram novo ânimo para os defensores do enfoque neoliberal da economia, após décadas de supremacia do chamado intervencionismo de mercado — uma filosofia de política econômica fertilizada pela “Revolução Keynesiana”. A substituição do Estado do Bem-Estar (Welfare State) pelo Estado Liberal implica a idéia de que a sociedade deve ser regulada como um mercado, e, portanto, a “mão invisível” da livre concorrência é que deve zelar pela harmonia social. Na medida em que o cenário econômico passa a ser ocupado pelos “fundamentalistas do mercado”¹, a rede de proteção social aos mais pobres vai sendo desmontada, seja nos países desenvolvidos, onde ela mais avançou, seja nos países subdesenvolvidos, onde ainda se encontrava nos estágios iniciais.

Nesse contexto, o compromisso do Welfare State de repasse de parte dos ganhos de produtividade para os salários passa a ser responsabilizado pela perda do poder de competição das empresas. Ao buscar a competitividade internacional, o capital procura reduzir os custos da mão-de-obra, movendo-se contra o trabalho organizado. A busca de “flexibilidade” na organização da produção, em contraste com a rigidez do modelo **fordista**, passa a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta pelas empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de “precarização” do trabalho.²

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

¹ Essa expressão vem sendo usada, com uma certa frequência, para designar a proliferação, entre os *policy makers*, daqueles que possuem a fé cega de que o mercado é o mais sábio tomador de decisões. Contrariando o *mainstream*, Castro (1996, p.2-2), adverte: “(...) o determinismo contrabandeado pela globalização absolutiza uma interpretação equivocada do contexto histórico. O quadro com que nos defrontamos revela-se, de fato, semeado de opções. Elas não podem, contudo, ser equiparadas a meras decisões de mercado”.

² Por “precarização” entende-se a substituição das relações formais de emprego (carteira de trabalho assinada e demais benefícios) por relações informais de compra e venda de serviços de terceiros, tais como a contratação de trabalhadores por tempo determinado, o trabalho em tempo parcial, o trabalho a domicílio, etc.

A crise da sociedade do trabalho

No início deste século, o capitalismo viveu uma era marcada por grande instabilidade e vulnerabilidade. Segundo Hobsbawm (1993, p.257), “(...) entre 1914 e 1950, tudo quanto podia dar errado com o capitalismo deu errado”. No começo dos anos 30, parecia ter chegado “ao fundo do poço”, quando, paralisado pela Grande Depressão, se mostrava incapaz de reagir. Ao lado disso, um sistema alternativo — o socialismo — encontrava-se em franca expansão. Entretanto, por cerca de um quarto de século após a Segunda Guerra Mundial, a situação inverteu-se, “ (...) tudo quanto podia dar certo com o capitalismo deu certo”. Nesse período, sob a liderança dos EUA, os países desenvolvidos viveram um espetacular ciclo de crescimento econômico e de bem-estar social, que passou a ser conhecido como os “anos dourados”.

Desde a segunda metade da década de 60, o “círculo virtuoso” do fordismo³ começou a dar sinais de enfraquecimento. Segundo a Escola da Regulação (LIPIETZ, 1988), a crise surgiu de uma combinação entre redução gradativa dos ganhos de produtividade e contínua elevação do salário real, diminuindo a taxa de lucro das firmas. Para compensar a perda da lucratividade, as empresas reagiram, aumentando as margens de lucro, as quais, na medida em que eram adicionadas aos preços de venda, aumentavam a inflação. A partir do momento em que a velocidade da alta dos preços passou a superar a alta dos salários, o poder aquisitivo dos trabalhadores caiu, assim como a demanda. A diminuição do ritmo de atividade da economia — trazendo o desemprego — foi uma consequência natural desse processo. Contudo, essa crise não teve a gravidade daquela da década de 30, porque a “rede de proteção” (auxílio a desempregados mais programas sociais do Governo) tecida durante o compromisso fordista foi estendida pelo Estado aos trabalhadores, impedindo uma queda muito violenta da demanda interna dos países desenvolvidos.

Embora ampliada pelo primeiro choque do petróleo (1973), a crise do capitalismo tinha um caráter estrutural, na medida em que era uma decorrência do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização do pós-guerra, baseado na hegemonia norte-americana. Já há algum tempo, os EUA

³ A expressão “fordismo” é usada aqui no sentido que lhe empresta a chamada **Escola da Regulação** francesa, ou seja, de uma forma mais ampla do que a simples reorganização da produção ocasionada pela introdução da esteira rolante na linha de montagem da fábrica de automóveis Ford, no início do século. Um dos precursores dessa corrente assim se expressou: “ (...) fordismo é o princípio que orienta a articulação entre o processo de produção e o modo de consumo, o qual constitui a produção em massa, que é o conteúdo específico da universalização do trabalho assalariado” (AGLIETTA, 1979, p.117).

vinham reduzindo a sua participação no comércio mundial face ao maior dinamismo das economias européia e japonesa. O surgimento de novos competidores, aliado a um intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e dos circuitos financeiros, minou as bases do compromisso tácito que o Welfare State tinha para com os trabalhadores. Primeiro, porque os ganhos reais de salários conseguidos pelos trabalhadores passaram a ser responsabilizados pela redução da produtividade e pela conseqüente perda de competitividade. Segundo, porque a diminuição da eficácia das políticas econômicas nacionais comprometeu os programas sociais patrocinados ou incentivados pelo Estado. O saldo, como era previsível, foi a gradativa substituição das políticas macroeconômicas de corte keynesiano por reformas neoliberais, todas elas tendo em comum a desregulamentação dos mercados e a redução do tamanho do Estado.

Se a crise capitalista podia ser explicada a partir da teoria dos ciclos econômicos⁴, por exemplo, o colapso das economias do Leste Europeu e a desintegração da União Soviética fizeram parte de um fenômeno que permaneceu, por algum tempo, envolto em uma atmosfera de mistério.⁵ Embora o princípio da concorrência e a alternância entre políticas keynesianas e monetaristas tenham funcionado melhor no capitalismo, no pós-guerra, comparativamente ao imobilismo que acabou por implodir o socialismo real, “(...) aqueles que realmente se despediram das velhas ilusões, trocaram-nas por ilusões novas” (KURZ, 1992, p. 141).

⁴ A teoria dos ciclos das economias capitalistas é bastante conhecida e teve várias formulações ao longo da história do pensamento econômico. Tanto pode ser associada a autores de formação marxista — como Kalecki, por exemplo — quanto não marxista, como é caso de Schumpeter. Para este último, as crises ou depressões do capitalismo são “normais” até certo ponto. É da lógica do capitalismo tanto criar quanto destruir. Porém, mesmo quando destrói, está criando, pois, contraditoriamente, essa é uma “destruição criativa”. A depressão é um processo “normal” de reabsorção e liquidação, que empresta vitalidade ao capitalismo. O aumento do número de empresários durante um período de expansão acaba por alterar os dados do sistema, modificando o seu equilíbrio, e a depressão representa exatamente uma espécie de luta por uma nova posição de equilíbrio, que incorpore as inovações e produza suas conseqüências sobre as empresas antigas. Embora a depressão produza efeitos desagradáveis, estes são temporários, enquanto os efeitos benéficos são permanentes. Ver, para uma discussão mais aprofundada dessas idéias, Schumpeter (1982).

⁵ “(...) Sob muitos aspectos, a retirada do comunismo é tão misteriosa quanto a desistência de Gêngis Khan de conquistar a Europa 770 anos antes. Se, de um lado, era claro que a visão dos anos 50 da União Soviética como uma superpotência econômica estava errada, de outro, a URSS também não era, a se acreditar na CIA, um caso perdido, (...) a direção da CIA estimava que a URSS cresceria em média 2,1% de 1975 a 1985 — índice ligeiramente inferior aos 2,9% registrados pelos EUA no mesmo período —, mas nada que ditasse a necessidade de reformas radicais” (THUROW, 1993, p. 13).

O colapso do socialismo real, portanto, é apenas um dos lados de uma crise maior — a da sociedade do trabalho —, da qual o próprio capitalismo faz parte. Para Kurz (1992), o socialismo real não significou a substituição de um sistema produtor de mercadorias (o capitalista) por uma outra forma histórica (o socialismo), mas, antes, somente um desenvolvimento dentro da mesma formação histórica do capital.⁶ Conseqüentemente, aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo, tendo o primeiro, inclusive, se encarregado de levar ao extremo o princípio básico do trabalho abstrato.⁷

A erosão dos fundamentos do sistema monetário e financeiro erigido no final da Segunda Guerra⁸ compõe o quadro atual de instabilidade do capitalismo sob a dominância do capital financeiro. Esse processo acelerou-se, ao longo dos anos 80, com a chamada “crise da dívida” — inadimplência de vários grandes devedores internacionais, inclusive o Brasil —, que acentuou a fragilidade do mercado financeiro internacional e estimulou os fluxos financeiros de curto prazo.⁹ Segundo Gonçalves (1994), os avanços das telecomunicações e da informática permitiram uma maior integração dos diversos sistemas financeiros nacionais e, simultaneamente, uma maior concorrência entre as principais instituições financeiras que atuam nesses mercados. Esse fenômeno (globalização da riqueza financeira) tem sido acentuado, em grande parte, pela perda da liderança econômica dos EUA, que, supostamente, deveriam

⁶ “(...) Aquilo que prometia uma sociedade futura, pós-burguesa, revela-se como regime transitório pré-burguês, estagnado, a caminho da modernidade, como dinossauro fossilizado originado no passado heróico do capital.” (KURZ, 1992, p.29).

⁷ Numa das passagens de seu livro **(O colapso da modernização)**, Kurz (1992, p.24) apóia-se no seguinte trecho da obra do romancista alemão Thomas Mann **(A montanha mágica)**: “(...) Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. (...) Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu saiba não” como exemplo “(...) daquela divinização do trabalho que de fato fez do socialismo do movimento operário um simples ‘prolongamento’ do princípio capitalista, que não se propôs à supressão deste e, na realidade social da União Soviética, fez dele até o executor histórico desse princípio capitalista na própria carne”.

⁸ O sistema monetário e financeiro — comandado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial — que fez funcionar a nova ordem mundial no pós-guerra foi moldado pelas Nações Unidas, em julho de 1944, através de acordo assinado por 44 países, na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, EUA (GONÇALVES, 1994).

⁹ “(...) enquanto na segunda metade da década de 70 o fluxo médio de financiamento bancário de curto prazo nos países avançados era de US\$ 12 bilhões, na segunda metade dos anos 80 esse financiamento de curto prazo chega a US\$ 80 bilhões” (GONÇALVES, 1994, p.102).

lastrear as finanças mundiais. Depois do fim do padrão-ouro¹⁰, prenúncio das dificuldades da economia norte-americana (déficits público e nas transações externas), os fluxos financeiros tornaram-se extremamente sensíveis às oscilações das taxas de câmbio de juros de curto prazo. A perda de governabilidade dos espaços nacionais deriva-se, em resumo, da desregulamentação do setor financeiro e da expansão das finanças internacionais, as quais, juntamente com as inovações financeiras resultantes do avanço das telecomunicações, tornaram inoperantes as políticas monetárias dos bancos centrais para evitar os danos causados ao mercado, devido à volatilidade dos fluxos de capitais especulativos.

O desemprego como corolário da globalização

O desemprego tem se constituído numa espécie de corolário da atual fase do capitalismo globalizado, mazela que atinge indiscriminadamente países pobres e ricos.¹¹ Resulta da soma de dois tipos de desemprego: o tecnológico e o estrutural. O primeiro é uma consequência da Terceira Revolução Industrial, enquanto o segundo está relacionado com a globalização.¹² Em ambos os casos, ainda

¹⁰ Rompimento unilateral do compromisso, assumido pelos EUA em Bretton Woods, de garantir a conversão de cada dólar emitido pelo seu equivalente em ouro (anunciado em 1971, pelo então Presidente Richard Nixon).

¹¹ A preocupação com o desemprego, note-se, não se restringe às economias em crise de crescimento ou do Terceiro Mundo. Até os norte-americanos, cuja economia tem apresentado boa performance em relação às demais, mostram-se preocupados com o desemprego causado pela globalização. O editor da revista **Business Week**, ao comentar o lançamento do livro **When Work Disappears**, relacionou o aumento do desemprego com outras mazelas da sociedade norte-americana, como a pobreza e a violência. Segundo ele: "(...) *The exodus of jobs from inner-city neighborhoods — a function of global economic forces, racial bias, and misguided public policy — creates a spiral of unemployment, poverty, and crime. Restore work, and hope will be restored*" (HAMMONDS, 1996, p.8). "A fuga de empregos para longe dos grandes centros urbanos — em função de forças econômicas, preconceito racial e políticas públicas erradas — produziu uma espiral de desemprego, pobreza e crime. Devolvam-se o trabalho e a esperança retornará."

¹² A Terceira Revolução Industrial causa desemprego não apenas pelo uso do computador em substituição ao trabalho humano, mas pela facilidade que este propicia para difusão do auto-serviço, isto é, a crescente transferência de tarefas antes executadas por funcionários para o próprio usuário. Já a globalização, entendida aqui como um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho causado pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países, causa desemprego "estrutural", porque os trabalhadores daqueles ramos industriais que são vítimas da desindustrialização em certos países não conseguem ou demoram a achar outro emprego (SINGER, 1998).

que teoricamente possam ser criados novos postos de trabalho em outros setores, estes, via de regra, são de pior qualidade do que os empregos perdidos.

O que diferencia o atual quadro macroeconômico do de outras épocas é a falta de perspectivas para o chamado “mundo do trabalho”. Alguém que perde o emprego hoje pode permanecer muito tempo sem encontrar outro do mesmo nível, contentar-se com outro cargo de pior qualidade ou, como ocorre com a maioria dos trabalhadores menos qualificados, terá que ingressar no mercado de trabalho informal.¹³ O desemprego em massa e continuado era um fenômeno desconhecido do capitalismo em sua idade industrial, onde podia-se perceber, até fisicamente, a existência do capital, e sua dependência ao trabalho humano era inquestionável. A fábrica era, ao mesmo tempo, local de trabalho e local da tomada de decisões. Hoje, no capitalismo globalizado, as decisões são tomadas a milhares de quilômetros de distância dos operários — os trabalhadores tornaram-se supérfluos, porque o trabalho concreto foi substituído pelo trabalho virtual!¹⁴

Enquanto o desemprego era um fenômeno conjuntural — fruto de pequenas crises periódicas do sistema capitalista (recessão) ou de políticas de estabilização de filiação monetarista —, podia ser contornado e até debelado por modificações nas políticas econômicas nacionais. Quando, entretanto, o desemprego surge como um desenvolvimento do próprio capitalismo, basicamente porque a produtividade aumenta mais rapidamente do que a produção,¹⁵ assume um caráter estrutural e escapa ao controle do Estado. Segundo Offe

¹³ “(...) Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam a ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos” (FORRESTER, 1997, p.11).

¹⁴ “(...) É que, a nosso ver, o trabalho está ligado à idade industrial, ao capitalismo de ordem imobiliária. àquele tempo em que o capital expunha garantias notórias (...) Quanto ao modelo inédito que se instala sob o signo da cibernética (...) Não está mais em sincronia conosco. E, bem entendido, sem vínculo verdadeiro com o “mundo do trabalho” (...) dedica-se a fazer nascer o virtual, a combinar, sob a forma de ‘produtos derivados,’ valores financeiros não mais sustentados por ativos reais e que, voláteis, inverificáveis, geralmente são negociados, sacados, convertidos antes mesmo de terem existido” (FORRESTER, 1997, p.23-26).

¹⁵ “(...) o desemprego surge a partir do fato de que a produtividade aumenta mais rapidamente do que a produção; isso se explica, por um lado, pelas continuadas inovações nas tecnologias de processo e na racionalização e, por outro lado, pelo fato de que as inovações nos produtos vão ficando para trás, enquanto aumenta a concorrência global com os novos ofertantes” (OFFE, 1997, p.181).

(1997), particularmente porque as condições técnicas e organizacionais do trabalho formal remunerado se tornaram mais exigentes, um grande contingente de trabalhadores tornou-se “não empregável” (*unemployable*), colocados à margem pelo capital.¹⁶ Por isso, não deixa de ser paradoxal, diante dos avanços da civilização e à porta do século XXI, que o desemprego tenha sido classificado por autora de recente sucesso editorial como um verdadeiro “horror econômico” e, como tal, comparável a certas barbáries da história da humanidade.¹⁷

Taxas médias de crescimento econômico e de desemprego
em países avançados — 1964-1992

PAÍSES	TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DE DESEMPREGO (%)			
	CRESCIMENTO ECONÔMICO		DESEMPREGO	
	1964-73	1983-92	1964-73	1983-92
Alemanha	4,5	2,9	0,79	6,03
França	5,3	2,2	2,23	9,70
Itália	5,0	2,4	5,48	10,13
Inglaterra	3,3	2,3	2,94	9,79
EUA	4,0	2,9	4,46	6,69
Canadá	5,6	2,8	4,23	9,64
Japão	9,6	4,0	1,22	2,71

FONTE: MATTOSO, Jorge, BALTAR, Paulo (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre : FEE, v. 18, n.1, p.18. (Adaptado)

A flexibilização do emprego

Diante do acirramento da concorrência internacional, a redução dos custos de produção transformou-se em prioridade, forçando as empresas a uma reorganização da produção, que, via de regra, resultou num aumento da

¹⁶ “(...) o sistema ocupacional (mas também os sistemas educacional e familiar) produz hoje maciçamente ‘perdedores’, cujas chances de ganho muitas vezes já estão comprometidas em fases relativamente iniciais da vida” (OFFE, 1997, p.182).

¹⁷ “(...) Ao longo da história, a condição humana foi muitas vezes mais maltratada que nos dias de hoje, mas o era por sociedades que, para subsistir, precisavam dos vivos. E de vivos subalternos em grande número. Já não é esse o caso. É por isso que hoje é grave — em plena democracia, numa época que se tem experiência do horror e, como nunca, os meios de ser socialmente lúcido —, (...) observar a rejeição inexorável daqueles que não são mais necessários, não aos outros homens, mas a uma economia de mercado para a qual não são mais uma fonte potencial de lucro. E sabemos que não voltarão a sê-lo.” (FORRESTER, 1997, p.137).

"insegurança no emprego"¹⁸. A subcontratação do trabalho pelas grandes empresas, em particular, passou a fazer parte de uma estratégia empresarial de flexibilização da produção e redução dos custos do trabalho como arma para vencer a concorrência.¹⁹ Vários estudos, publicados principalmente nos anos 70 e 80, enfatizaram as vantagens da "flexibilização", comparativamente à "rigidez" da planta de produção fordista, a partir de estudos de casos em certos países que vinham vencendo a concorrência internacional, tais como o Japão, os Tigres Asiáticos e a região conhecida como "terceira Itália" — que serviu de base para a construção do modelo de "especialização flexível".

Para melhor compreender as atuais transformações no emprego, é preciso recordar que o mercado de trabalho é segmentado.²⁰ Nesse sentido, o impacto das inovações tecnológicas é assimétrico. No mercado "primário", pelo fato de os salários serem relativamente altos, os empresários são estimulados a adotarem tecnologias poupadoras de mão-de-obra, assim como a investirem na qualificação de seus empregados como exigência do próprio progresso técnico. Já no mercado "secundário", como os salários são baixos, existe menor estímulo para a adoção de técnicas poupadoras de mão-de-obra, resultando em atraso tecnológico, baixa produtividade e salários estagnados.

¹⁸ "(...) Esta maior insegurança no emprego pode ser observada através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e na maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independente, aprendizes, estagiários, etc." (MATTOSO, 1995, p.86-87).

¹⁹ "(...) As disparidades no custo da mão-de-obra estão na base do amplo processo de localização no Exterior de fração crescente de empresas industriais norte-americanas desde o início dos anos 70. Por essa época, o salário médio mensal do trabalhador atingia 1.220 dólares. Ora, em Taiwan, ele se situava ao redor de 45 dólares; na Coreia do Sul, não passava de 68 dólares; em Cingapura, de 60; e em Hong Kong, de 82 dólares. (...) Os investimentos diretos das firmas multinacionais vêm sendo substituídos com vantagem por formas variadas de subcontratação, dentro de especificações técnicas rigorosas, conservando o produto final a marca da fábrica original." (FURTADO, 1992, p.19-20).

²⁰ A teoria da segmentação ou do mercado de trabalho dual surgiu no final dos anos 60, principalmente a partir dos estudos pioneiros de Peter Doringe e Michael Piore, como uma crítica à teoria do capital humano, representada principalmente pelos trabalhos de T. Schultz, Gary Becker, Jacob Mincer e outros. Ao invés de procurar explicar o papel da educação ou do treinamento na distribuição de renda — como faz a teoria do capital humano —, a teoria da segmentação preocupa-se com o funcionamento do local onde a renda dos trabalhadores é gerada, vale dizer, o mercado de trabalho. Esse mercado é dual: no mercado "primário", existem empregos estáveis, salários relativamente altos, alta produtividade, progresso técnico e plano de carreira nas empresas; no mercado "secundário", os salários são baixos, existe alta rotatividade da mão-de-obra, baixa produtividade, estagnação tecnológica e níveis relativamente altos de desemprego. Para uma resenha dessas duas teorias, ver Lima (1980).

O que constitui novidade, em relação ao que a teoria da segmentação estudou, é que a evolução tecnológica deste fim de século tem provocado assimetria dentro do próprio mercado “primário” de trabalho e precarização do emprego no mercado “secundário” de trabalho. Segundo uma classificação mais adequada ao presente (EDWARDS, apud SINGER, 1998), os trabalhadores “primários” poderiam ser subdivididos em “primários subordinados” e “primários independentes”. Os primeiros podem ser identificados nas ocupações da classe operária da indústria tradicional acrescidos de alguns trabalhadores de escritório, vendas e administração; os segundos compõem-se de ocupações intermediárias, algumas ocupações manuais e de profissionais liberais.²¹ Como a informática reduz principalmente os empregos cujas tarefas são repetitivas ou rotineiras, então os trabalhadores “primários subordinados” são dispensados em maior proporção do que os trabalhadores “primários independentes”, uma vez que as atividades destes últimos requerem maior iniciativa individual.

Por outro lado, as grandes e modernas empresas tendem a reforçar a segmentação da força de trabalho ao optarem por subcontratar parte da mão-de-obra requerida para a fabricação de seus produtos junto às pequenas empresas. Trata-se de uma estratégia de flexibilização externa²², a qual procura traduzir para a gestão do pessoal o que representa o método Just-in-Time na gestão dos estoques, ou seja, o ajuste do nível de trabalhadores efetivos o mais próximo possível às flutuações do mercado, evitando-se estoques de mão-de-obra sem utilidade imediata. Ao redor desse núcleo estável, segundo Singer (1998), gravitaria todo o conjunto dos demais trabalhadores periféricos, composto pela parcela de trabalhadores “primários subordinados”, que são contratados por prazo determinado e facilmente substituíveis, e pelos trabalhadores “secundários” e mão-de-obra subcontratada, os mais afetados pela precarização do emprego.

²¹ Exemplos de profissões intermediárias seriam as secretárias, de ofícios manuais seriam os eletricitistas e os mecânicos e de profissionais liberais seriam engenheiros, pesquisadores, etc.

²² Segundo Mattoso (1995, p.86-87), a estratégia de flexibilização das grandes empresas divide-se em duas. A primeira, denominada de flexibilidade funcional ou interna, destina-se ao núcleo estável de sua força de trabalho, a qual, para manter a segurança no emprego, terá que aceitar maiores responsabilidades, mobilidade nos postos de trabalho, reciclagem, mudança nos planos de carreira, etc. A outra, chamada de flexibilidade externa ou numérica, procura facilitar os ajustes da força de trabalho às flutuações da demanda. Esta última afeta a mão-de-obra periférica, composta de trabalhadores permanentes, mas de menor qualificação, e de trabalhadores externos ou subcontratados.

O trabalho subcontratado parece ser hoje uma tendência mundial nos mais diversos ramos industriais. Ao invés de participarem diretamente de todas as etapas da cadeia de produção (verticalização), as grandes empresas têm procurado voltar-se para um modelo de produção descentralizado, caracterizado pela fabricação de pequenos ou médios lotes de mercadorias não padronizadas, pela manutenção de baixos estoques de matérias-primas e pela substituição de máquinas e instalações maiores por outras de menor porte. Esse processo de “terceirização” da produção tem sido facilitado pela difusão da automação microeletrônica e tem se constituído, inclusive, numa resposta das grandes empresas à recessão dos mercados. Em alguns países (Japão, Alemanha e Itália), o sucesso desse sistema se deve à obtenção de benefícios para ambas as partes: para a empresa contratante, pela flexibilidade e formação de redes estáveis de fornecimento de produtos, componentes e serviços; para a empresa contratada, pela garantia de mercado para seus produtos e viabilidade de avanço tecnológico através da parceria com a grande empresa.

A subcontratação do trabalho, vista por esse ângulo, faz parte de uma estratégia empresarial de flexibilização da produção, que procura associar o aumento da produtividade decorrente da automação a um novo tipo de trabalhador — mais escolarizado, participativo e polivalente —, capaz de ajustar-se às necessidades da grande empresa em competir em qualidade e diferenciação do produto. A difusão de “redes de subcontratação”, beneficiando pequenas e médias empresas, serviu de “alavanca” para a produção teórica que veio moldar o chamado modelo de especialização flexível.²³ A concentração geográfica das firmas e as relações de cooperação que se estabelecem entre elas, ao combinar especialização com subcontratação, são responsáveis pela eficiência coletiva de determinada região (SENGERBERGER, PYKE, 1990). A idéia-chave desse paradigma é a da flexibilidade da produção, já que a organização industrial não é rígida, mas o seu principal atrativo é que os empreendimentos de menor porte apresentam melhores condições de sobrevivência (competição) quando cooperam entre si do que quando entregues à própria sorte. O segredo do sucesso dos pequenos estabelecimentos industriais, a julgar pelos exemplos de alguns *clusters* europeus, repousa no trabalho

²³ A crítica à falta de flexibilidade do modelo (fordista) de produção em massa deu origem ao chamado modelo de **especialização flexível**, a partir da publicação do livro **The Second Industrial Divide** (PIORE, SABEL, 1984). Em certo sentido, esse modelo propõe uma espécie de viagem ao passado, uma vez que se inspira na organização econômica dos “distritos industriais” do século passado, onde predominavam pequenas e médias empresas. Apóia-se largamente em estudos empíricos como referência, em particular no conhecido exemplo italiano (*Third Italy*).

de artesãos qualificados autônomos, na elaboração coletiva de produtos ou componentes dentro da firma e no uso flexível que é feito da moderna tecnologia de base microeletrônica. Uma última lição importante, que pode ser extraída dos diversos estudos de caso encontrados na literatura sobre o assunto, é que o trabalho domiciliar (*putting out*) não só não foi desarticulado, como contribuiu significativamente para a expansão das pequenas firmas e para o crescimento do emprego.

Conclusão

Ao romper-se o “círculo virtuoso do **fordismo**” — caracterizado por alto crescimento econômico, elevação da produtividade e aumento dos salários reais —, basicamente como decorrência da desaceleração dos ganhos de produtividade, aos poucos, as políticas econômicas de corte keynesiano que constituíam o alicerce do **fordismo** vão sendo abandonadas. O salário passa a ser visto, cada vez menos, como componente importante para a sustentação da demanda efetiva e, cada vez mais, como elemento determinante do aumento dos custos de produção. Na medida em que a produção em série ou em larga escala, típica do **fordismo**, tende a ser substituída por uma produção em menor escala, destinada a um mercado diferenciado, surge a necessidade de reorganizar a linha de produção de forma mais flexível, o que acaba por recriar ou reforçar diversas formas de subcontratação do trabalho.

Bibliografia

- AGLIETTA, Michel (1979). **A theory of capitalist regulation: the US experience**. London : Lowe and Rydone Printers.
- CASTRO, Antonio Barros de (1996). Escolher é preciso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 out., p.2-2.
- FORRESTER, Viviane (1997). **O horror econômico**. São Paulo : Unesp.
- FURTADO, Celso (1992). **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- GONÇALVES, Reinaldo (1994). **Ô Abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro : Relume Dumará.
- HAMMONDS, Keith H. (1996). What the poor need: jobs, jobs, jobs. **Business Week**, New York : McGraw-Hill, p.8, Oct. 7.

- HOBBSAWM, Eric (1993). Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, Robin, org. **Depois da queda**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- KURZ, Robert (1992). **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- LIMA, Ricardo (1980). Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro : IPEA, v.10, n.1, p.217-272, abr.
- LIPIETZ, Alain (1988). **Miragens e milagres**. São Paulo : Nobel.
- MATTOSO, Jorge (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo : Scritta.
- MATTOSO, Jorge, BALTAR, Paulo (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre : FEE, v.18, n.1, p.13-40.
- OFFE, Claus (1997). Desemprego, sindicato e inovação na política social. **Ensaio FEE**, Porto Alegre : FEE, v. 18, n.1, p.181-191.
- PIORE, Michael, SABEL, Charles (1984). **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York : Basic Books.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1982). **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo : Abril Cultural.
- SENGERBERGER, Werner, PYKE, Frank (1990). **Small firm industrial and local economic regeneration: research and policy issues**. Genebra : CEE. (International Institute for Labour Studies).
- SINGER, Paul (1998). **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto.
- THUROW, Lester (1993). **Cabeça a cabeça**. Rio de Janeiro : Rocco.